

ASOLO ENERGIA RENOVÁVEL S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

ASOLO ENERGIA RENOVÁVEL S/A

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Asolo Energia Renovável S/A
Goiatuba - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Asolo Energia Renovável S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Asolo Energia Renovável S/A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, de suas operações e os fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Período comparativo

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparativo, não foram auditados por nós ou outros auditores independentes. Nossa opinião não possui modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2026.

ASOLO ENERGIA RENOVÁVEL S/A

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	12/2025	12/2024 (Não auditado)		Nota explicativa	12/2025	12/2024 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	24.952	572	Fornecedores	6	429	18
Clientes	4	6.155	-	Obrigações tributárias	7	1.341	185
Outros créditos		-	2	Dividendos a pagar	9	1.016	-
		<u>31.107</u>	<u>574</u>			<u>2.786</u>	<u>203</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	9	4.717	8.580	Passivo fiscal diferido	14	21	-
Imobilizado	5	189.852	191.459	Obrigações tributárias	7	484	989
		<u>194.569</u>	<u>200.039</u>			<u>505</u>	<u>989</u>
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		202.000	202.000
				Reserva Legal		1.070	-
				Reserva de Lucros		19.315	(2.579)
				Total do patrimônio líquido		<u>222.385</u>	<u>199.421</u>
Total do ativo		<u><u>225.676</u></u>	<u><u>200.613</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>225.676</u></u>	<u><u>200.613</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASOLO ENERGIA RENOVAVEL S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	12/2025	12/2024 (Não auditado)
Receita operacional líquida	11	32.282	-
Custo da operação e compra de energia	12	(5.639)	(3.840)
Lucro/(prejuízo) bruto		26.643	(3.840)
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(2.001)	(116)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	12	332	-
		(1.669)	(116)
Resultado operacional		24.974	(3.956)
Receitas financeiras	13	193	3
Despesas financeiras	13	(145)	(392)
Resultado financeiro líquido		48	(389)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		25.022	(4.345)
Corrente	14	(1.021)	(1)
Diferido	14	(21)	-
Imposto de renda e contribuição social		(1.042)	(1)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		23.980	(4.346)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASOLO ENERGIA RENOVAVEL S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	12/2025	12/2024 (Não auditado)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	23.980	(4.346)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	23.980	(4.346)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASOLO ENERGIA RENOVAVEL S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	33.010	-	2.736	-	35.746
Aumento de capital social	168.990	-	-	-	168.990
Outras movimentações	-	-	(969)	-	(969)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(4.346)	(4.346)
Absorção de prejuízo	-	-	(4.346)	4.346	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	202.000	-	(2.579)	-	199.421
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.980	23.980
Constituição de reserva legal	-	1.070	-	(1.070)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.016)	(1.016)
Retenção de lucros	-	-	21.894	(21.894)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	202.000	1.070	19.315	-	222.385

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASOLO ENERGIA RENOVAVEL S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	12/2025	12/2024 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		23.980	(4.346)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	12	2.567	-
Outras movimentações		-	(969)
Variação de ativos e passivos			
Clientes		(6.155)	-
Outros créditos		2	190
Fornecedores		411	18
Obrigações tributárias		672	205
Caixa (usado nas)/gerado pelas atividades operacionais		<u>21.477</u>	<u>(4.902)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	5	(960)	(191.459)
Caixa usado nas atividades de investimento		<u>(960)</u>	<u>(191.459)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital social		-	168.990
Partes relacionadas		3.863	27.679
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>3.863</u>	<u>196.669</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		<u>24.380</u>	<u>308</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		572	264
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		24.952	572
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		<u>24.380</u>	<u>308</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

1.1. Considerações gerais

A Asolo Energia Renovável S.A. (“Companhia” ou “Asolo Energia”), constituída em 23 de abril de 2021, é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em Goiatuba (Goiás), na Rodovia GO 210, km 335, sala 12, Zona Rural. A Companhia tem por objeto social principal a geração e comercialização de energia elétrica.

A Asolo Energia opera uma usina termelétrica (“UTE”) a biomassa, com capacidade instalada de 40 MW, baseada na cogeração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar, estando localizada no submercado Sudeste/Centro-Oeste (“SE/CO”). A operação é integrada à usina sucroalcooleira da Bom Sucesso Agroindústria S.A. (“Bom Sucesso”), da qual a Companhia é subsidiária integral, mediante utilização do vapor de alta pressão gerado no processo industrial de produção de açúcar e etanol.

No âmbito desse modelo, parte da energia elétrica e o vapor rebaixado produzidos pela UTE são destinados ao consumo interno do processo industrial da usina sucroalcooleira, sendo o excedente de energia elétrica disponibilizado ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

A geração de energia da Companhia está sujeita às tendências sazonais do ciclo agrícola da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil, com maior concentração no período anual de safra, que se inicia em abril e termina em dezembro. A Companhia comercializa energia exclusivamente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), por meio da celebração de contratos bilaterais de venda de energia.

A UTE possui outorga de autorização que vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, estando sujeita à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), bem como às regras de contabilização e liquidação estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Em 20 de maio de 2025, a ANEEL, por meio do Despacho nº 1.503, autorizou o início da operação em teste da unidade geradora a partir de 21 de maio de 2025.

Em continuidade ao processo de comissionamento, a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.575, de 27 de agosto de 2025, autorizou o início da operação comercial da unidade geradora a partir de 28 de agosto de 2025.

A entrada em operação comercial marca a conclusão da fase de implantação do empreendimento e o início de sua operação regular, com efeitos sobre o reconhecimento de receitas operacionais e a dinâmica econômico-financeira da Companhia.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, prevista na Lei nº 6.404/76 e lei 11.638/07 e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e que estão em conformidade com as normas contábeis IFRS ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 26 de maio de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustados para refletir, se aplicável, o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

d. Principais políticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

e. Classificação circulante ou não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis). Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

f. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas e as respectivas premissas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

- Nota Explicativa nº 5: Imobilizado;
- Nota Explicativa nº 8: Provisão para contingências.

g. Mudanças e revisões em práticas contábeis

Durante o exercício de 2025, as normas IFRS que tiveram algum tipo de alteração/revisão por parte do CPC e aprovações do CFC, foram analisadas e não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

i. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis.

ii. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring*, *forfait* ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9 / CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.	1º de janeiro de 2026
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.	1º de janeiro de 2026

ASOLO ENERGIA RENOVÁVEL S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.	1º de janeiro de 2027
Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19	1º de janeiro de 2027
Reforma tributária	O modelo da Reforma está baseado no Imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual") em duas competências, uma Federal (Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS")) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS")), que substituirá as tributações por meio do Programa de Integridade Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") e Imposto Sobre Serviços ("ISS"). Foi criado também um Imposto Seletivo ("IS"), de competência Federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.	1º de janeiro de 2027

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

	2025	2024
Aplicações financeiras	24.952	572
	<u>24.952</u>	<u>572</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas bancárias e aplicações financeiras classificadas no ativo circulante. O saldo de aplicações financeiras é composto por operação em renda fixa, onde de acordo com os contratos firmados pela Companhia e pelo banco pode ser resgatada imediatamente. As aplicações de renda fixa remuneram uma taxa média de 100% do CDI.

4. Clientes

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

	2025	2024
Consumidores livres e distribuidoras (a)	5.852	-
MCP - CCEE (b)	303	-
	<u>6.155</u>	<u>-</u>

(a) Dentro deste montante, R\$ 1.138 referem-se a itens não faturados e compostos pelas provisões de vendas de energia por meio de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), celebrados até 31 de dezembro de 2025 e faturados por meio da emissão das correspondentes notas fiscais no mês subsequente.

- Consumidores livres e distribuidoras: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pela UTE e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

5. Imobilizado

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Projetos em andamento são classificados nas categorias adequadas do imobilizado em uso quando concluídos e prontos para o uso pretendido.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

ASOLO ENERGIA RENOVÁVEL S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Equipamentos de informática	Usina térmica	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação (%)	20%	4%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	191.459	191.459
Adições	8	-	952	960
Transferências	-	192.411	(192.411)	-
Depreciação acumulada	(1)	(2.566)	-	(2.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>7</u>	<u>189.845</u>	<u>-</u>	<u>189.852</u>

6. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	227	18
Encargos de uso da rede elétrica (a)	202	-
	<u>429</u>	<u>18</u>

(a) Dentro deste montante, R\$ 196 é composto por cobranças relacionadas aos encargos do uso do sistema de transmissão ("EUST"), faturadas no mês subsequente à competência.

7. Obrigações tributárias

Política Contábil

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

	2025	2024
IRPJ a recolher	451	-
CSLL a recolher	256	-
PIS a recolher	73	-
COFINS a recolher	339	-
Tributos retidos na fonte a recolher	28	2
Parcelamentos	646	1.172
PIS e COFINS diferido	32	-
	<u>1.825</u>	<u>1.174</u>
	2025	2024
Circulante	1.341	185
Não circulante	484	989
	<u>1.825</u>	<u>1.174</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

9. Partes relacionadas

A Asolo Energia é controlada da Bom Sucesso Agroindústria S.A. ("Bom Sucesso"). As transações com partes relacionadas referem-se a mútuos ocorridos entre empresas do mesmo grupo econômico e demonstrada pelo seu valor justo de realização, além dos dividendos a pagar estabelecidos pelo Estatuto Social e aprovados em Assembleia pelos acionistas.

	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Bom Sucesso - Conta corrente	4.717	8.580	-	-
Dividendos a pagar	-	-	1.016	-
	<u>4.717</u>	<u>8.580</u>	<u>1.016</u>	<u>-</u>

10. Patrimônio Líquido

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo na data em que for aprovada pelos acionistas.

10.1. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 202.000, divididos em 202.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, como demonstrado a seguir:

ASOLO ENERGIA RENOVÁVEL S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ações	Total (R\$)	% Capital Social
Bom Sucesso Agroindústria S.A.	202.000.000	202.000	100%
	<u>202.000.000</u>	<u>202.000</u>	<u>100%</u>

10.2. Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 5% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	2025
Resultado do exercício	23.980
(-) Prejuízo acumulado	(2.579)
Lucro líquido ajustado	21.401
(-) Reserva legal - 5%	(1.070)
Lucro líquido ajustado a destinar	<u>20.331</u>
Destinação dos resultados	
Dividendos mínimos obrigatórios - 5% conforme estatuto	1.016
Reserva de lucros	19.315

11. Receita operacional líquida

Política contábil

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

ASOLO ENERGIA RENOVÁVEL S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita venda de energia elétrica		
Vendas no mercado livre ("ACL")	23.451	-
MCP - CCEE	10.043	-
Impostos e deduções de vendas		
PIS e COFINS	(1.212)	-
	<u>32.282</u>	<u>-</u>

ASOLO ENERGIA RENOVÁVEL S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Custos e despesas gerais por natureza

	2025				2024			
	Custos da operação e compra de energia	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custos da operação e compra de energia	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Compra de energia - MCP - CCEE	(2)	-	-	(2)	-	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(2.834)	-	-	(2.834)	(3.725)	-	-	(3.725)
Depreciação e amortização	(2.566)	(1)	-	(2.567)	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(237)	(1.428)	-	(1.665)	(115)	(108)	-	(223)
Gastos com pessoal	-	(429)	-	(429)	-	-	-	-
Outros	-	(143)	332	189	-	(8)	-	(8)
	<u>(5.639)</u>	<u>(2.001)</u>	<u>332</u>	<u>(7.308)</u>	<u>(3.840)</u>	<u>(116)</u>	<u>-</u>	<u>(3.956)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Resultado financeiro líquido

Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras, variações monetárias e ajuste a valor presente, reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	193	3
	<u>193</u>	<u>3</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(23)	(11)
Multa e juros de mora	(25)	(381)
Juros sobre parcelamento impostos	(77)	-
Comissão sobre fiança	(18)	-
IOF	(2)	-
	<u>(145)</u>	<u>(392)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>48</u>	<u>(389)</u>

14. Tributos sobre o lucro

Política contábil

A Companhia é tributada pelo regime de lucro presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes e na presunção estipulada pelo ramo de atividade pela legislação específica do Lucro presumido. As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas. A alíquota do imposto de renda é de 15% com um adicional de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 por trimestre. A contribuição social é calculada sobre a base de cálculo à alíquota de 9%.

O reconhecimento do imposto de renda e a contribuição social como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal. Os tributos diferidos são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

ASOLO ENERGIA RENOVÁVEL S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reconciliação da despesa de Imposto de renda e contribuição social correntes

Lucro presumido

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2025	2024	2025	2024
Faturamento bruto de energia elétrica	32.324	-	32.324	-
Percentual de presunção	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo sobre a receita bruta	2.586	-	3.879	-
Receitas financeiras sobre aplicações	108	3	108	3
Base de cálculo lucro presumido	2.694	3	3.987	3
Alíquota	15%	15%	9%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	(405)	(1)	(359)	-
Adicional 10%	(257)	-	-	-
IR e CS à Pagar	<u>(662)</u>	<u>(1)</u>	<u>(359)</u>	<u>-</u>

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Lucro presumido

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia elétrica (a)	867	-	867	-
Percentual de presunção	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo sobre a receita bruta	69	-	104	-
Receitas financeiras sobre aplicações	-	-	-	-
Base de cálculo lucro presumido	69	-	104	-
Alíquota	15%	15%	9%	9%
IR e CS - Lucro presumido	(11)	-	(9)	-
Adicional 10%	(1)	-	-	-
IR e CS à pagar	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>

(a) Suprimento de energia elétrica corresponde ao total de vendas realizadas dentro da competência de dezembro e faturadas no início do mês subsequente.

15. Gerenciamento de risco

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são concentrados em instituições financeiras consideradas pelo mercado como sendo de primeira linha.

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, sua qualidade creditícia, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado diretamente pela Administração da Companhia para mitigar riscos nas decisões tomadas. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Entre esses, o acompanhamento permanente de contas a receber e ajustes às necessidades dos clientes para eliminar qualquer tipo de inadimplência.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Não é esperado que fluxos de caixa possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de matérias-primas, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro das operações da Companhia.

A Administração da Companhia acompanha o mercado e suas oscilações de forma permanentemente. Visando minimizar este risco, a Companhia procura se antecipar aos movimentos de mercado, utilizando tanto inteligência de dados como compras de matérias primas nacionalizadas. Além disso, a Administração da Companhia revisa permanentemente (de proposta a proposta) oscilações do mercado para ajustar descontos e oferta de valor para o cliente final.